

INDIGENISMO E ROMANIZAÇÃO NA EPIGRAFIA DE VISEU

José d'Encarnação

Quando, em 1974, a equipa de investigadores e epigrafistas do Centre Pierre Paris estudou o fenómeno da assimilação e da resistência à cultura greco-romana na Península Ibérica, concluiu, através dos testemunhos conhecidos, no âmbito da dimensão social da romanização, que mais do que uma resistência, houvera – da parte da população pré-romana peninsular – uma adesão singela aos novos modelos culturais (cf. Étienne 1976, 106).

Desde então para cá, essa temática passou a estar – quase se poderá dizer – "na ordem do dia". Publicou-se, em 1983, o volume *Indigenismo y romanización en el conventus Asturum* e foi na sua sequência que os cursos universitários de Verão, realizados nas Astúrias, designadamente em Gijón, obedeceram à temática geral *Indigenismo y romanización en el Norte peninsular*. Deles se tem feito eco a publicação "Memorias de Historia Antigua", da Universidade de Oviedo, cujo volume VII (1986) versou aspectos da economia rural. Posso ainda assinalar outro título, também recente, de 1987: *Romanidad e indigenismo en Carpetania*, de M. P. González-Conde Puente.

Dificuldades metodológicas impedem um esclarecimento total, em saudável e oportuna interdisciplinaridade: as fontes literárias pouco ou nada deixam transparecer; só agora os arqueólogos se começaram a debruçar, com mais clarividência, sobre essa problemática (recorde-se que o doutor Armando Silva publicou, em 1986, o seu trabalho *A cultura castreja no Noroeste de Portugal*, e a doutora Manuela Martins defendeu, em Dezembro passado, a sua tese de doutoramento, ainda inédita, *O povoamento proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*).

Resta-nos a epigrafia, cujo estudo – apesar das limitações que apresenta – é, ainda, o que nos fornece mais eloquentes indícios da aculturação entre romanos e indígenas no território da Península Ibérica, elucidando-nos sobre o que, nesse contacto, ficou de um e de outro dos universos culturais em confronto.

Assume-se o monumento epigráfico como o produto de uma selecção de ideias e de formas estéticas, com vista a uma transmissão. Transmissão de palavras que, por seu turno, estão incorporadas em frases.

Analisa-se a forma das palavras: a sua grafia, a sua raiz etimológica, a sua classe gramatical. Analisa-se o seu significado mediante a pesquisa etimológica, através da determinação do seu conteúdo. Deste ponto de vista, são os antropónimos e os teónimos indígenas que mais atraem as atenções, porque mais férteis em informação. Nomes que estão latinizados; mas latinização não implica necessariamente romanização, se por esta entendermos uma adopção plena da cultura romana, como muito bem sublinhou Manuela Alves Dias (1985) a propósito da onomástica dos *Igaeditani*.

As palavras organizam-se em frases. Há, portanto, que analisar também o formulário: trata-se de uma expressão corrente, de um lugar-comum quase desprovido de conteúdo ou, ao invés, procurou-se conscientemente a inovação?

Uma rigorosa investigação com esta finalidade pressupõe três condições:

- o conhecimento total do que já se descobriu na área em apreço;
- a fidelidade aos objectivos e à metodologia proposta;
- o cotejo com os dados arqueológicos disponíveis.

A expressão "conhecimento total" induz-nos a pensar de imediato nas estatísticas. Poder-se-ia pensar, à partida, que, por exemplo, à maior percentagem de antropónimos de raiz pré-romana corresponde necessariamente ou menor grau de romanização ou, se se utilizar outro esquema mental, uma maior resistência ao colonizador. Não creio que a dedução seja lógica: primeiro, porque fazer estatística demográfica e cultural com base em ex-votos e em epitáfios seria (mesmo nos nossos dias) um absurdo, atendendo à diminuta expressividade da amostra; depois, porque os critérios aferidores das cronologias são para este tipo de monumentos demasiadamente escassos, e arriscamo-nos a comparar documentação do século I com outra do século II, passadas portanto várias gerações e registados os naturais avanços e recuos de um processo necessariamente dinâmico; por fim, de que dados vamos lançar mão para delimitar um território?

O cotejo com os dados arqueológicos disponíveis reveste-se do maior interesse, uma vez que permitirá verificar se a uma aculturação linguística correspondeu a inter-acção das formas importadas com as tipologias locais; se a uma colonização, o predomínio dessas formas de importação; se a uma resistência, a manutenção de formas tradicionais. E nesta inter-acção dos estudos epigráficos com a pesquisa arqueológica, a questão mais candente é, nesta fase da investigação, a de tentarmos testar no terreno a hipótese que dia a dia ganha vulto de que os colonos romanos cedo estabeleceram as suas *villae* nos arredores das cidades. E o interesse aguça-se quando se verifica a possibilidade de, através da onomástica, se determinar – com maior ou menor grau de certeza, é evidente – a proveniência geográfica desse colono.

Não tenho investigado a arqueologia viseense, domínio a que o Prof. Jorge Alarcão se dedicou, com os resultados que a sua comunicação nos forneceu. Deixei aos cuidados do Dr. João da Inês Vaz a tarefa, que não é fácil, de completar, para o novo volume II do *Corpus Inscriptionum Latinarum*, o catálogo epigráfico do distrito de Viseu; corro, por isso, o tremendo risco de meter foice em seara alheia e de, por insuficientemente documentado, cometer sérias enormidades. Limitar-me-ei, portanto, a apresentar algumas reflexões sobre alguns exemplos colhidos mais ou menos ao acaso (e talvez nem sejam, por tal motivo, esses os mais significativos). No fundo, um Encontro é isto mesmo: às conclusões maduramente alicerçadas pode ajuntar-se a inquietação da procura...

Enquanto a religião, a política se podem assumir, prevalentemente, como fenómeno de massas e, portanto, foi fácil a assimilação de ideias religiosas e das práticas funerárias romanas, a aculturação onomástica confronta-se "com o peso da organização económica e social" (como sublinhou Manuela Alves Dias no já citado trabalho) e também com o carácter de certo modo místico que o nome e o conhecimento do nome envolvem:

- "Eu não quero que o meu nome ande nas bocas do mundo"...
- ao telefone, o nosso interlocutor manifesta, por vezes, relutância em identificar-se!...
- uma pessoa pública (da política, do teatro, da cultura...) selecciona dois dos seus nomes ou arruma pseudónimo;

– quantas vezes se nos torna impossível a consulta da lista telefónica, simplesmente porque desconhecemos o nome completo das pessoas com quem, afinal, diariamente convivemos?!...

Não admirará, portanto, que – se ainda hoje damos grande importância ao nome – se justifique uma demorada análise do modo como, ao tempo dos Romanos, se fazia na pedra a identificação das pessoas. E, note-se, a identificação **na pedra**. Ocorreria, então, perguntar: que função tem aí essa identificação? Restrita, para a comunidade local, onde o indivíduo é facilmente identificado como Fulano filho de Cicrano; ou, ao invés, mais ampla, mais a pensar no futuro, "viandante, quem quer que sejas, pára, lê, dize *que a terra te seja leve*" e, portanto, com um carácter "oficial"? Porque a epigrafia de que dispomos é, predominantemente, de índole privada (os epitáfios, os ex-votos).

Caberá aqui um parênteses acerca dos elementos fundamentais da identificação entre os Romanos:

O primeiro nome (equivalente aos nossos António, Maria, Joaquim) pouco identifica: "há muitas Marias na terra" como abundam os *Marcus*, os *Gaius*, os *Titus*.

O segundo nome, o gentilício, indica a família: *Marcia*, *Manlia*, *Sulpicia*, *Caecilia*... Detêm-no, por isso, todos os membros da mesma família, inclusive os escravos após serem libertados por acção dessa família e, até, os indígenas

a quem, por sua intervenção, é concedido o direito de cidadania (mesmo quando não plena). Será, pois, pela análise da distribuição desses gentílios, nomeadamente se soubermos donde tais famílias são oriundas ou onde foram preponderantes, que podemos sugerir hipóteses de distinção entre colonos e indígenas.

O terceiro nome, o cognome, tem, portanto, o matiz mais individualizante na comunidade familiar e local. Como se prende com a pessoa, apresenta tendencialmente um significado preciso, passível, por isso, de uma análise etimológica que lhe determine o relacionamento com um estrato étnico determinado. A distribuição geográfica dos cognomes tem permitido distinguir, por consequência, zonas de dominância de certos antropónimos, relacionáveis (por hipótese de trabalho ainda a confirmar) com estratos étnicos distintos – pois acredita-se que a estratos linguísticos diferenciados possam corresponder franjas populacionais de diferente origem.

Além destes três elementos, outros dois surgem amiúde igualmente integrantes do nome: a filiação, prova insofismável de nascimento legítimo; a tribo, sinal seguro de pertença a uma circunscrição administrativa e, portanto, à cidadania romana.

Seria interessante dispormos já de uma lista – tão exaustiva quanto possível – dos gentílios documentados. Mas documentados onde? Em que território? De que critérios havemos de lançar mão para excluir do aro de Viseu um texto de S. Pedro do Sul ou para dizer que esse não se deve excluir e a lápide de Beijós essa é que não merece aqui referência?

Não vou repetir o que tão ponderadamente o Prof. Jorge Alarcão escreveu acerca de Viseu e do seu território. O certo é que se torna extremamente difícil levantar fronteiras epigráficas, pelo menos no estado actual da nossa investigação. Aceitemos, pois, a hipótese de trabalho – viável, documentada, ponto de partida para reflexões outras que a complementem e justifiquem.

O gentílico *Manlius*, por exemplo, que identifica o dedicante da consagração aos deuses *Peintici* (mantenho esta designação porque outra ainda não foi apresentada, mais plausível) (cf. Vaz 1987, 23-25). As divindades são indígenas, do local. A penedia, ao que parece, simboliza-lhes o poder, a força telúrica. *Lucius Manlius*, filho de *Decimus*, é cidadão romano. Assim o prova a inscrição numa tribo, a *Aemilia*, escrita, aliás, por extenso, para que não fiquem dúvidas, e ainda por cima (caso insólito!) precedida de TR para que todas elas – se subsistissem! – de todo se dissipassem. A tribo *Aemilia* não é de cidade hispânica (cf. Wiegels 1985, 164-168). De resto, tomando como base de análise o *corpus* de José Vives (1972, 715--716), verifica-se que, em vinte e dois *Manlii* registados na Península Ibérica, só cinco são *L. Manlii*, entre os quais se conta o pai de uma flamínia (ILER 1658), um cavaleiro de Córdoba (ILER 1692), um duúviro de Sagunto (ILER 1393) e o avô dum pontífice em Palma de Maiorca (ILER 5222). Gente importante, não há dúvida.

Não me admiraria, por isso, que *L. Manlius*, aqui chegado da Península Itálica, nos alvares do Império – pela palcografia e pela identificação sem cognome, o texto é datável desse período – tivesse começado por prestar as suas honras aos deuses locais, a fim de os tornar propícios, como, muitos lustros mais tarde, ao tempo dos Severos, Flávio Néon, prefeito duma coorte dos Astures e Galaicos, haveria de reverenciar, em Ain Schkur (Marrocos), o Génio do local onde, de raiz, e com a ajuda dos companheiros de armas, edificara um pretório (BCTH 1963-4, 141). E como lhe desconhecia o nome, designou-o simplesmente o Génio deste lugar. Embora inominado, o Génio não poderia, porém, ficar sem o sacrifício. Assim terá feito *Lucius Manlius*.

E *A(ulus) Plautius Decianus*, que uma epígrafe relaciona com as termas de S. Pedro do Sul (Brandão 1959, 249-253). Cidadão romano residente na área? Funcionário da administração provincial? – pergunta o Prof. Jorge Alarcão.

Não lhe saberei responder. Mas, se em Roma foi célebre a gens *Plautia* – Pláucia Urgulanila, a terceira mulher de Cláudio (PIR P n. 386), é Pláucia uma irmã de Lúcio Vero (RIT 233) –, duma família Pláucia são raros, na Península Ibérica, os vestígios epigráficos: José Vives apenas refere Pláucio Placiano, membro da ordem equestre, em Tarragona (ILER 1653=RIT 277). No entanto, o certo é que um *Gaius Plautius Decianus* (*Gaius* não *Aulus*, que é prenome raro entre nós: na epigrafia da cidade de Tarragona, por exemplo, só se mencionam dois *Auli* – RIT, p. 485-

491), adoptado pela *gens Decia* (daí, o cognome), foi cônsul em 329, seis senadores tiveram *Decianus* como cognome e, dos vinte e seis testemunhos referenciados por Kajanto no conjunto do CIL (1965, 145) apenas um se regista na Península Ibérica.

Portanto, colono pode ser, funcionário imperial também.



Quedemo-nos um pouco mais pelas terras, que a dedicatória a Mercúrio merece cuidada reflexão (Foto 1). Mercúrio *Augustorum*, "dos Augustos", ao que parece, e não apenas de um, o imperador, como que a outorgar-lhe uma abrangente vastidão sagrada. Mercúrio, deus do comércio e do lucro, a que se ajunta epíteto de conotação necessariamente local: *Aguaeco* leu D. Domingos de Pinho Brandão (1959, 234-243), ilustre Mestre a quem rendemos homenagem; *Aguaecus* pode ser – um *hapax*, uma originalidade em nítida relação, decerto, com o manancial sodio-sulfúrico radiactivo que perto borbulha.

Mas a surpresa não se queda por aí. A consagração é feita *in honorem*, com ampla conotação funerária: [...] *Magius Reburus* (o prenome perdeu-se na ablação sofrida) e sua mulher *Victoria Victorilla* votam a Mercúrio seu filho Saturnino. Uma confirmação da tese de Robert Étienne de que a presença de *sacrum* e da expressão *in honorem* nas inscrições confere, na Península Ibérica, às divindades augustas um carácter eminentemente tópico (1974, 346-349).

Gens Magia: na Península Ibérica, os seus testemunhos não atingirão as duas dezenas, gente (ao que parece) humilde – (cf. Vives 1972, 715); na Península Itálica, uma das mais ilustres de Cápua que cedo se transferiu para *Aeclanum* e que, desde os tempos de Sula, figura nos fastos de Roma ("Tituli" 6, 218): uma das suas prováveis descendentes, Mágia Marcela, será proprietária de prédios na Cidade Eterna, ao tempo do imperador Adriano (CIL XV 1259 e PIR 2, M, 92).

Gens Victoria: no livro de José Vives só encontro dois exemplos, da Lusitânia: um cidadão de Mérida (ILER 6319) e o dedicante dum ex-voto a *Atégina* (ILER 737).

Reburus, um cognome claramente hispânico (Mantas 1982, 58-59). *Victorilla*, porém, bem latino, formou-se a partir do gentílico *Victoria* e Kajanto (1965, 278) só dele aponta um exemplo (a mãe da personagem assim identificada chamava--se *Victorina* – cf. CIL VI 15649). *Saturninus*, latino também (Kajanto 1965, 55 e 213).

Exemplo, por conseguinte, de um indígena que assume o direito latino – por intermédio de uma *gens Magia* (de colonos?) e contrai casamento. E para o filho escolhem ambos uma onomástica inteiramente latina. Aliás, o texto – pelo rebuscado requinte das letras inclusas, pelo seu rigor simétrico, pelo adequado uso de módulos diferentes, pela sobriedade (não há, por exemplo, uma fórmula final, não há o fácil deslize para o pleonasma) – e a própria tipologia do imponente cipo são exemplo acabado de aculturação plena (a nível onomástico, religioso, estético).



Pena que o bloco achado numa parede da Sé de Viseu, hoje guardado no Museu de Grão Vasco, seja tão reduzido fragmento (foto in Vaz 1987, 31). E se dele aqui falamos é por via da sua semelhança textual com o cipo a Mercúrio dos Augustos e *Agueco* consagrado. Consagrado também ele – a que divindade não sei porque o teónimo ficou no outro pedaço do primitivo bloco algures, quiçá, noutro passo da parede – consagrado *in honorem* de alguém, Estrabão de cognome, ligado à *gens Memmia*.

Os *Memmii*, gente importante na história de Roma, com mais de uma ~~vinte~~ dezena de testemunhos, alguns deles importantes também, no território peninsular (Vives 1972, 720).



Caius Caecilianus Modestus, da epígrafe referente aos *Castellani Araocelenses* (ILER 5242). Outra personagem do nosso mundo romano, "indígena romanizado e rico", o define o Prof. Jorge Alarcão. Assim é, porque *Modestus*, apesar de latino, tem conotação indígena (Untermann 1965, mapa 56); porque *Caius* está grafado por extenso, como que a mostrar que o seu portador ganhou o direito de usar *praenomen*. E *Caecilianus*, a fazer as vezes de gentílico, é ímpar arranjo linguístico a partir do etnónimo correspondente (cf. Albertos 1966, 68).



Há pouco, em S. Pedro do Sul, uma mulher de onomástica latina – *Victorilla* – casou com um indígena

romanizado, *Reburrus*. De Beijós, Carregal do Sal, chega-nos *Albura* (cf. Silvestre 1976), lusitana de nome, que desposa um membro da bem latina *gens Aurelia* e manda erguer para ambos (pelo menos) um mausoléu cuja sumptuosidade facilmente se depreenderá da clássica e exuberante riqueza decorativa da magnificente e arenítica placa doutras paragens buscada (foto 2). Cá está: a onomástica perdurou, as formas estéticas sem reticências se aceitaram. Com as mãos ambas, diríamos. Já as aras a *Lurunis* – de Cavernães (cf. Ferreira 1986) – são, na sua rusticidade singela, do que de mais clássico se poderá conceber. Graciosas, proporcionadas, fôculo bem apontado, aleventados toros a proteger da aragem a labareda sacral esvoaçante para o Além (foto 3).



E no termo de Penalva do Castelo, bloco singelo (foto 4 – cf. Vaz 1987, 46). Molduração clássica. Os nomes são latinos mas identificam à moda indígena três gerações: o sepulcro viu juntarem-se as cinzas de Rufo, falecido na flor da idade, com as de seu pai Fusco, de Albino filho.



Curioso, curioso é o monumento de Couto de Baixo (foto 5 – cf. Cardozo 1959).

No dealbar do Império, foi magnífico altar de excelente mármore a assinalar ao caminhante o túmulo de Compse – porventura Clódia – que as Parcas malevolamente por pouco não deixaram viver meio século. Dois séculos depois, a penúria apertou, o desejo superou o respeito que aos mortos é devido: Cláudia Gerôncia e Valério Hereniano não resistiram ao magnificente apelo do mármore. Nada apagaram, apenas lhe mudaram a posição para melhor ali caber a saudosa homenagem. Parecera antes deles o filho. Aos quarenta e oito anos. Juvêncio se chamaria, talvez. *H(oc)T(itulum)F(ecerunt)* – esta inscrição lhe gravaram de saudade. Em esperançado voo poético que se alimentou, aqui e além, num formulário mítico:

VINCITVR HIC FATVS
SALVVM SVB TARTARA
NOMEN HIC SEDIS HIC TERRA
HIC TIBI ETERNA DOMVS

Vencido aqui está o Fado,
Salvo de sob o Tártaro o teu nome.
Aqui o assento, aqui a terra,
Aqui eterna mansão – para ti.



O sabor que nos fica é de continuidade pacífica.

Vieram colonos. Trouxeram deuses, trouxeram nomes, trouxeram arte, poesia vinha também na bagagem.

Aqui estavam deuses, habitantes de santuários e penedias; as gentes usavam nomes antigos, estranhos mas foneticamente identificáveis.

E o casamento deu-se. As famílias cresceram. As *villae* também. Os deuses foram honrados. Os mausoléus fizeram-se.

Ritual de morte, ritual de vida. Indígenas e colonos itálicos lavraram perenemente na pedra o sinal duma coexistência exemplar.

BIBLIOGRAFIA

AE = *L'Année Épigraphique*, Paris.

ALBERTOS (Maria Lourdes), *La Onomástica Personal Primitiva de Hispania Tarraconense y Bética*. Salamanca, 1966.

ALFOLDY (G.), *Die Romischer Inschriften von Tarraco* (=RIT), Berlin, 1975.

BCTH = "Bulletin Archéologique du Comité des Travaux Historiques", Paris.

BRANDÃO (Domingos de Pinho), *Inscrições romanas do Balneum de Lafões*, "Beira Alta" 19 (3-4) 1959, 229-264.

CARDOZO (Mário), *Uma interessante inscrição funerária*, "Beira Alta" 19 (3-4) 1959, 205-212.

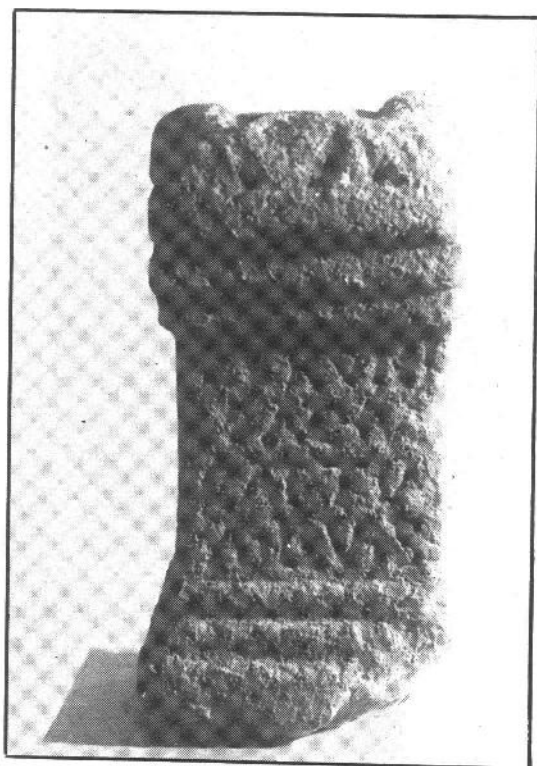
- DIAS (M. Manuela Alves), *Da latinização onomástica à romanização onomástica no processo de aculturação dos Igaeditani*, "Symbolae Lvdovico Mitxelena Septuagenario Oblatae", Vitoria, 1985, 557-562.
- ÉTIENNE (R.), *Le Culte Impérial dans la Péninsule Ibérique d'Auguste à Dioclétien*. Paris, 1974 (reimp.).
- FERREIRA (Ana Isabel de Sá), *Árula votiva de Vendas de Cavernães*, "Ficheiro Epigráfico" 16 1986 n.º 71.
- ILER: vide VIVES. (O número indicado a seguir a ILER refere-se ao número da inscrição neste corpus).
- KAJANTO (Iiro), *The Latin Cognomina*. Helsinki, 1965.
- MANTAS (Vasco Gil), *Inscrições Romanas do Museu Municipal de Torres Vedras*, "Conimbriga" 21 1982, 5-99.
- PIR = GROAG (E.) e STEIN (A.), *Prosopographia Imperii Romani*. Berlim-Leipzig, 1933.
- RIT = vide ALFOLDY (G.)
- SILVESTRE (Osvaldo), *Uma lápide funerária encontrada em Beijós (Carregal do Sal)*, "Conimbriga" 15 1976, 133-134 (=AE 1977, 378).
- "Tituli" 6: *La collezione epigrafica dei Musei Capitolini*, a cura di Silvio Panciera. Roma, 1987.
- VAZ (João L. Inês), *Roteiro Arqueológico do Concelho de Viseu*. Viseu, 1987.
- VIVES (José), *Inscripciones Latinas de la España Romana*, Barcelona, 1971 e 1972.
- WIEGELS (Rainer), *Die Tribusinschriften des Romischen Hispanien – Ein Katalog*, Berlim, 1985.



1 - Dedicatória a Mercúrio, de S. Pedro do Sul



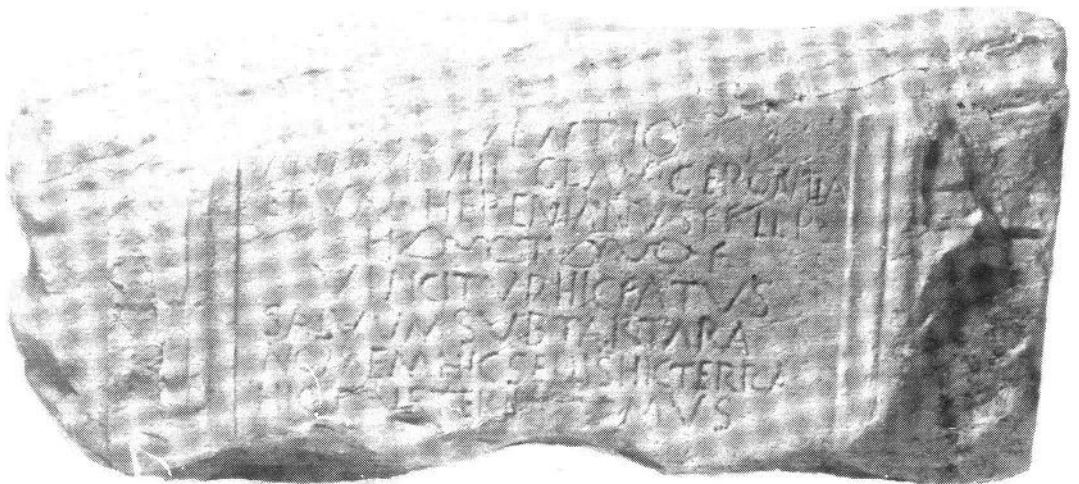
2 - Placa funerária achada em Beijós.



3 - Árula a *Lurunis*, de Vendas de Cavernães.



4 - Epitáfio procedente de Penalva do Castelo.



5 - O epitáfio métrico de Couto de Baixo.